

JUNHO 2019

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação

NÃO DESISTIMOS!

PELA NOSSA DIGNIDADE PROFISSIONAL, PELOS NOSSOS ALUNOS, PELA EDUCAÇÃO.

942

spzn

SPZC



SPP SUL

SDPA



www.fne.pt

fne

Nova Campanha da FNE nas escolas

P4 À P.12

500 FAIXAS PELO PAÍS

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.3** - TOMADA DE POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO SPZC | **P.13** - FNE REALIZA CONSULTA PÚBLICA SOBRE ENSINO SUPERIOR, INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO - PERSPETIVAS E PROPOSTAS | **P.14** - FNE PROMOVEU ESTUDO POR 'MELHORES ESCOLAS COM TRABALHADORES NÃO DOCENTES VALORIZADOS, QUALIFICADOS E RECONHECIDOS' | **P.15** - QUE DIRETORES QUEREMOS? | **P.16 À P.21** - REUNIÃO DO TUAC NA OCDE EM PARIS | **P.22, P.23** - FNE E TALIS 2018 COINCIDEM EM MUITAS PREOCUPAÇÕES | **P.24, P.25** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA JUNHO DE 2019 | **P.26, P.27** - CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA KELICAI

Editorial



TERMINA MAIS UMA LEGISLATURA IGUAL ÀS ANTERIORES, COM O ÚNICO OBJETIVO DE UMA EDUCAÇÃO MAIS BARATA

O ano letivo está a terminar e com ele a Legislatura.

Não nos deixa saudades esta Legislatura. Aliás, em Educação, vamos acumulando legislaturas que não nos deixam saudades, sem podermos registar que, por uma vez, se atinjam os níveis indispensáveis de valorização dos educadores de infância, professores de todos os setores de ensino e trabalhadores não docentes, ou sequer que tenhamos melhorado os nossos índices de qualidade em variados domínios.

É verdade que se não fora a ação sindical algumas medidas das mais gravosas não poderiam ter sido revertidas, como foi a tentativa de imposição de uma divisão dos docentes em duas categorias, um regime de reconversão profissional que mais não era do que um despedimento à pressa, a tentativa de imposição de uma Prova de Aptidões e Conhecimentos injustificável, a tentativa de imposição de um horário de 40 horas.

Também foi por ação sindical que se conseguiram vinculações importantes, quer de docentes quer de não docentes, como se impôs um regime de vinculação automática na sequência de três contratações. E noutras circunstâncias foi preciso o recurso aos Tribunais para que se fizesse justiça.

O balanço da ação sindical é claramente positivo. O balanço da ação dos governos é francamente negativo. E é negativo porque foi sempre orientada pela obsessão orçamental de redução de despesas, fosse a que custo fosse.

A marca dominante dos últimos quinze anos foi a da preocupação de garantir um serviço de educação pelo preço mais baixo possível.

Desde 2004 que as medidas mais importantes em Educação têm tido por único objetivo diminuir a despesa em Educação, o que aliás se traduz de uma forma bem clara no peso que a Educação representa em relação ao PIB nacional. Nada haveria de mal se esta diminuição não se estivesse a traduzir em redução da qualidade do sistema educativo. Redução na qualidade das condições dos processos de ensino-aprendizagem, redução pela desvalorização de todos os profissionais que asseguram o sistema educativo nas suas diferentes modalidades, redução na ausência de políticas de elevação da qualidade da formação inicial ou da formação contínua destes profissionais.

Desde o encerramento cego de escolas por todo o território até à constituição de agrupamentos de dimensão exagerada e ingerível, passando pela eliminação das carreiras especiais dos trabalhadores não docentes, a que se acrescentou o congelamento de salários e de carreiras de todos, docentes e não docentes, continuando por resolver a recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes, muitas foram as medidas que, mais do que reduzir despesa, significaram desinvestimento em educação de qualidade. São inúmeras as medidas que se foram seguindo de governo para governo e que tiveram como único objetivo garantir uma educação mais barata.

A FNE não pactuou com esta situação e denunciou sempre com vigor e combateu na medida das suas possibilidades as iniciativas legislativas que construíram esta realidade tão negativa. Em muitas circunstâncias, tivemos sucesso. Noutras, os nossos objetivos ainda estão por alcançar.

Em vésperas de eleições legislativas, esta é a oportunidade de confrontarmos os Partidos Políticos com as propostas que queiram apresentar para reverter esta situação. Não desistimos no passado de combater o que esteve mal. Não desistimos agora de ser exigentes para um futuro diferente para a educação em Portugal.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

Tomada de posse dos novos dirigentes do SPZC

A Quinta do Outeiro, em Tentúgal, recebeu, no passado dia 1 de junho de 2019, a cerimónia de tomada de posse dos novos corpos sociais do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), liderados pelo Presidente reeleito, José Ricardo Coelho.

A cerimónia contou com a presença dos líderes das principais organizações sindicais em que o SPZC está filiado, Carlos Silva e Lucinda Manuela Dâmaso da União Geral de Trabalhadores (UGT), João Dias da Silva, da Federação Nacional da Educação (FNE) e José Abraão, da Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP).

O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, deixou algumas palavras aos novos dirigentes do SPZC:

"A participação do SPZCentro na FNE reforça-a e confere-lhe uma dimensão de representatividade que muito estimamos, na diversidade de perspetivas, que é sempre a marca da riqueza de organizações como as nossas, e no respeito que tem de marcar as relações entre instituições. Por ocasião da tomada de posse dos novos órgãos sociais deste Sindicato", prosseguiu o SG da FNE, "é devida uma palavra de estímulo para a continuação e consolidação da forte e mobilizadora ação sindical que tem marcado sempre a intervenção sindical do SPZC, na reafirmação da importância dos direitos sindicais alcançados ao longo de muitos anos e em resultado da ação sindical; estas são



oportunidades para darmos mais força à nossa energia e à nossa ambição para procurarmos sempre melhorar a situação dos Trabalhadores, em todo o mundo e em todos os setores. No SPZCentro e na FNE", concluiu João Dias da Silva, "assumimos desde sempre o lado do sindicalismo de proposta e de ação, o frágil e difícil papel de encontrar o caminho que procura resultados concretos e para o imediato, e que, ao obtê-los, os reconhece e valoriza, às vezes como pequenos passos que evitam males maiores e que dessa forma vão permitindo melhorar a vida das pessoas".

José Ricardo Coelho lidera o SPZC desde 1994 e vai cumprir junto com os restantes membros dos corpos sociais eleitos, o mandato para o quadriénio de 2019-2023.

20.º ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORES E PROFESSORES DO SPZC

Mais de 500 professores e educadores participaram no 20.º Encontro Nacional de Educadores e

Professores que o Sindicato de Professores da Zona Centro - SPZC levou a efeito, em 14 de junho de 2019, na Quinta D. Nuno, em Boleiros, Fátima, sob o lema "Uma Vez Professor, Sempre Professor – Afirmar direitos, valorizar pensões, dignificar a aposentação".

O evento, que se assume como um elo forte entre Sindicato e professores, foi presidido pelo Presidente da Direção do SPZC, José Ricardo Coelho, e contou com a presença do Gerontólogo, Dr. Diogo Batalha.

Para além de um encontro à volta de temas educativos e sindicais, tratou-se de um verdadeiro momento de reencontro de muitos dos que, ao longo de anos a fio, caminharam lado a lado, enfrentando uma vida de sacrifícios em prol do objetivo comum de UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS.

Visivelmente emocionado, José Ricardo Coelho, sublinhou que todos eram para ele especiais e que por todos nutria um afeto muito especial.

O Presidente do SPPZC referiu ainda que aquela era a forma mais terna que tinha encontrado ao longo daqueles 20 Encontros de a todos agradecer pela solidariedade que sempre tinham demonstrado pelo sindicato e pela lealdade eterna por aquele projeto sindical.



FNE denunciou em conferência de imprensa falta de respostas claras para as condições de recuperação do tempo de serviço congelado

A FNE realizou na manhã do dia 3 de junho, nas suas instalações no Porto, uma Conferência de Imprensa onde denunciou a ausência de informação clara a propósito da aplicação do Decreto-lei nº 65/2019 que permite aos professores optarem até 30 de junho pela recuperação faseada do tempo congelado.

A FNE decidiu avançar para esta ação de esclarecimento após a ausência de resposta da DGAE (Direção-Geral da Administração Escolar) a um pedido de reunião em que pudessem ser apresentados os nossos comentários e dúvidas de forma a proporcionar informação mais completa que pudesse ser disponibilizada à generalidade dos docentes envolvidos, sobre a publicação de legislação relativa à recuperação do tempo de serviço congelado.

A FNE entendeu desta forma, divulgar publicamente as questões que considera mais gravosas neste processo.

Declaração do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva:

O nosso objetivo nesta oportunidade é denunciar a incapacidade do Ministério da Educação para definir orientações justas e claras para que os educadores e professores portugueses possam fazer uma opção consciente em relação às modalidades que podem utilizar para a recuperação da parte do tempo de serviço que esteve congelado e que o Governo admitiu considerar para efeitos de desenvolvimento da carreira docente.

Mas é também a oportunidade para evidenciarmos algumas das injustiças que em relação a esta matéria estão a prejudicar milhares de educadores e professores.

É também a oportunidade para insistirmos na apreciação que fazemos sobre as razões nos levam a denunciar como profundamente injusta a decisão que para já está em vigor e que impõe que não desmobilizemos em relação a nenhuma possibilidade

que possa ser prosseguida até se atingir a concretização do que é de direito e de justiça.

Como é do conhecimento geral, o Governo impôs uma recuperação limitada dos 9 anos 4 meses e 2 dias em que a carreira docente esteve congelada. Impôs que, de todo esse tempo, se recuperassem apenas 2 anos, 9 meses e 18 dias. Mas esta recuperação só terá efeito, em princípio, na duração do escalão para que cada docente progreda a partir de janeiro de 2019.

Assim, alguns docentes que tenham progredido de escalão em 2010, em função do descongelamento da contagem do tempo de serviço, só vai ter possibilidade de sentir os efeitos desta recuperação na duração do escalão para que vai progredir em 2023; isto é, esse escalão, em vez de durar os 4 anos, vai ter uma duração mais curta e assim esse docente vai novamente progredir em 2025, o que torna esta medida profundamente injusta.



Mas o Governo estabeleceu ainda que os docentes podem optar por antecipar e fasear a recuperação dessa mesma quantidade de tempo, podendo distribuir aquele tempo com efeitos em 1 de junho de 2019, 1 de junho de 2020 e 1 de junho de 2021.

Vemos que, desta forma, aqueles docentes podem vir a completar a recuperação daqueles 2 anos 9 meses e 18 dias a partir de junho de 2021 e nessa altura transitarem para novo escalão.

Por outro lado, os docentes que progridam de escalão em 2019, por efeitos do descongelamento da contagem do tempo de serviço, vão ter já este ano e no decurso do escalão em que entram este ano a totalidade dos 2 anos 9 meses e 18 dias, o que fará com que possam progredir para novo escalão já em 2022.

Vemos desde logo que a simples aplicação prática destas orientações conduziria a injustas ultrapassagens que desconsideram a posição relativa entre os diferentes docentes em função do tempo de serviço prestado e que até agora constituiu fator de segurança e estabilidade.

Mas nem tudo é tão claro e simples, quer do lado do que é a aplicação dos normativos, quer das injustiças que lhes estão associadas.

É que não podemos esquecer que, no acesso aos 5º e 7º escalões, há constrangimentos administrativos, isto é, há vagas, nas quais não cabem todos os docentes que perfazem quatro anos de serviço no 4º escalão e que sentiriam como justo que,



completado esse módulo de tempo de serviço, transitassem ao 5º escalão. Ora, o que acontece é que só metade dos docentes têm tido direito a essa transição, sendo que o Governo é quem unilateralmente define em cada ano a percentagem dos que transitam, podendo, em teoria, estabelecer que não passa nenhum. Assim, estes docentes ficam a marcar passo no quarto escalão, não se sabe por quanto tempo. Deste modo, não é seguro que, sendo contabilizado o tempo de recuperação que o Governo agora estabelece, todos os docentes possam dele beneficiar inteiramente.

Por outro lado, e ao contrário do que muitos quiseram fazer crer, o desenvolvimento da carreira dos educadores e professores não ocorre pela simples contabilização do tempo de serviço. Para além daqueles constrangimentos administrativos, há escalões em que, para que o processo avaliativo se conclua, tem de haver aulas observadas e com o respetivo registo de apreciação, sendo ainda que, em qualquer escalão, para poder obter a menção de avaliação de Excelente ou Muito Bom, também tem de haver aulas observadas e

avaliadas; em todos os escalões, os docentes têm a obrigação de frequentar ações de formação, com relatórios sobre a respetiva participação que são avaliados; em todos os escalões, a direção da escola tem de avaliar cada docente, atribuindo-lhe seguidamente uma menção avaliativa.

É, pois, mentira que os docentes portugueses progridam por mero decurso do tempo de serviço. São múltiplas as exigências ligadas ao processo de avaliação, nem se pode dizer que este seja sem consequências.

E todas estas circunstâncias que envolvem o processo de avaliação dos docentes criam agora inúmeras questões que importa esclarecer com a maior urgência possível, para que os docentes portugueses possam optar, com conhecimento pleno de todas as consequências, pela antecipação e faseamento da recuperação desta primeira etapa da recuperação do tempo de serviço congelado.

É que a simples atribuição de uma quantidade de tempo não constitui fator único para que possa registrar-se uma progressão para o escalão seguinte.



A verdade é que, antecipando-se o fim de um escalão, o que é certo é que o processo avaliativo não decorreu, não foi estabelecido nem realizado um calendário de aulas observadas; não foi determinada uma percentagem de acesso aos 5º e 7º escalões; não foi disponibilizada a formação contínua que é obrigatória para que possa haver avaliação e progressão.

Ora, até este momento, o Ministério da Educação ainda não prestou informação completa e clara sobre as condições em que se vai concretizar o processo de recuperação desta parte do tempo de serviço congelado.

Por outro lado, há um conjunto de docentes recentemente reposicionados que ainda não viram a sua progressão efetivada, apesar de muitos já terem completado o tempo de serviço para o fazerem. Ora, não tendo estes docentes progredido por inércia da Administração, não estão nas mesmas condições de igualdade que os restantes docentes para poderem fazer uma opção informada. É fundamental que a Administração determine orientações para que estes docentes não sejam prejudicados.

Acontece ainda que muitos docentes recentemente reposicionados ainda aguardam pelo reposicionamento definitivo, pelo que também estes não saberão qual a melhor opção a fazer relativamente à recuperação do tempo de serviço. É fundamental que a Administração defina orientações para que estes docentes não sejam prejudicados.

Para debate, esclarecimento e definição de informações justas e claras, a FNE já solicitou uma reunião na semana passada ao Ministério da Educação. Este pedido continua sem resposta e o prazo para que os docentes possam optar está a esgotar-se, sem que estejam definidas respostas concretas e claras para múltiplas indefinições. Consideramos, pois, urgente a marcação de uma reunião sobre estas matérias.

Os docentes têm direito à determinação de um quadro claro sobre as regras a que obedece a recuperação do tempo de serviço congelado, têm direito a saber em que circunstâncias, em que condições é que a contabilização desta recuperação de tempo de serviço lhes é assegurada.

Para a FNE, não está em causa a obrigação de serem cumpridos os requisitos avaliativos ligados à progressão em carreira, pelo que o Ministério da Educação deve determinar os prazos especiais em que as escolas devem assegurar que aqueles requisitos são preenchidos, sendo que, nestas circunstâncias específicas, a progressão dos docentes deve ser reportada à data de cumprimento do tempo de serviço necessário à sua progressão, uma vez que a responsabilidade de cumprimento daqueles requisitos, em termos de calendário, não podem ser atribuídas aos docentes.

Nesta oportunidade, reafirmamos a nossa perspetiva, e de acordo com o que é de justiça, que esta recuperação constitui apenas uma primeira parte de um processo que há-de vir a concretizar a plena recuperação de todo o tempo de serviço que esteve congelado.

Apesar do reconhecimento desta primeira etapa de recuperação, não desmobilizaremos em relação a todas as ações que possam conduzir, no futuro, a que o restante tempo venha a ser considerado a todos os educadores e professores portugueses.

Este é um processo carregado de injustiças! Vamos denunciá-las e combatê-las. Neste domínio, estamos a trabalhar com os nossos serviços jurídicos e com recurso a pareceres de especialistas na construção de linhas de contestação no âmbito dos Tribunais, no sentido de que a lei seja cumprida.

E que se a lei for inconstitucional, queremos que o Tribunal Constitucional o declare, com todo os efeitos que daí terão de decorrer.

E vamos assegurar a todos que não desistimos de lutar pela completa recuperação do tempo de serviço congelado. E, para isso, ao longo deste mês de junho, vamos deixar em cada escola, nos seus muros exteriores, uma faixa com a mensagem “Não desistimos”. A FNE e os seus Sindicatos mantêm-se mobilizados no objetivo de garantirem a concretização do objetivo '942 – só queremos o que é nosso”.

Esta faixa é clara quanto à mensagem que se quer transmitir aos Educadores e Professores Portugueses e à Sociedade, e essa mensagem é a de que não se desiste, em nome da dignidade profissional, dos alunos e da Educação.

Esta campanha vai decorrer ao longo de todo o mês de junho e no seu decurso os dirigentes e ativistas dos Sindicatos que integram a FNE vão colocar estas faixas em centenas de escolas por todo o país.

Esta é uma forma de a FNE continuar a afirmar que a consideração da totalidade do



tempo congelado corresponde à exigência do reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos docentes portugueses e desta forma combater a intoxicação de desinformação que persiste contra um direito legítimo dos professores, já que a sociedade foi invadida por informação veiculada por muita gente, nomeadamente pelo Ministério da Educação, que não disse a verdade relativamente àquilo que é o impacto da recuperação do tempo de serviço e as razões que justificam este direito.

Nesta oportunidade, queremos ainda sublinhar que, devendo as escolas estar já – como estão – a preparar o próximo ano letivo, o

Ministério da Educação ainda não negociou os despachos relativos ao calendário escolar e à organização do ano letivo.

Estamos em fim de Legislatura.

Ao fim de quatro anos de exercício da responsabilidade da gestão do sistema educativo, é inaceitável que nesta altura ainda não se conheçam, nem tenham sido negociadas, as condições de organização e preparação do próximo ano letivo, deixando os responsáveis das escolas sem informação suficiente e adequada para poderem assegurar uma preparação atempada do próximo ano letivo.



FNE lançou campanha de afirmação da exigência do reconhecimento do trabalho dos docentes portugueses



No dia 4 de junho, a Federação Nacional da Educação (FNE) iniciou uma nova campanha que consistia na colocação de faixas em centenas de escolas por todo o país, alusivas à recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de tempo de serviço congelado, mostrando assim ao Governo e particularmente ao Ministério da Educação que os professores e educadores portugueses vão continuar a lutar por aquilo que é seu por lei e por justiça.

Escolas do Porto, Coimbra, Lisboa e Évora foram as primeiras a receber esta campanha que no primeiro dia contou com a presença dos Presidentes dos Sindicatos da FNE, ligados a cada zona.

A mensagem contida nesta iniciativa registava que a FNE e os seus Sindicatos mantêm-se mobilizados no propósito de garantirem a concretização do objetivo '942' demonstrando que, apesar da recuperação imposta pelo Governo de 2 anos, 9 meses e 18 dias, a FNE não desmobilizará.

Esta faixa era clara quanto à mensagem que se queria transmitir aos Educadores e Professores Portugueses e à Sociedade, e essa mensagem é a de que não se desistirá, em nome da dignidade profissional, dos alunos e da Educação.

A campanha decorreu ao longo de todo o mês de junho e no seu decurso os dirigentes e ativistas dos Sindicatos que integram a FNE colocaram estas faixas em centenas de escolas por todo o país.

Esta foi uma forma de a FNE continuar a afirmar que a consideração da totalidade do tempo congelado corresponde à exigência do reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos Docentes portugueses e desta forma combater a intoxicação de desinformação que persiste contra um direito legítimo dos professores, já que a sociedade foi invadida por informação veiculada por muita gente, nomeadamente pelo Ministério da Educação, que não disse a verdade relativamente àquilo

que é o impacto da recuperação do tempo de serviço e as razões que justificam este direito.

Para a FNE, há uma contaminação da informação com um conjunto de dados que são totalmente falsos e isso reduziu o que era o conhecimento da realidade pela generalidade da população.

Por isso, esta iniciativa serviu também para reafirmarmos que os professores nunca exigiram retroativos e nunca recusaram uma proposta do Governo para que o tempo fosse contabilizado com efeitos na aposentação. É necessário desmontar estas mentiras ditas muitas vezes em várias locais.

Os professores e educadores portugueses percebem assim que podem contar com a FNE e com os seus Sindicatos para demonstrar a nossa razão, garantindo todos os esforços em tudo o que for necessário e útil para que todo o tempo seja devolvido e que os professores e educadores cumpram as expectativas a que têm direito de terem uma aposentação digna e uma carreira valorizada e dignificada.

A FNE não desiste do que é de direito e de justiça. Não abdicaremos de um único dia dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho efetivo que tem de ser recuperado.

NÃO DESISTIMOS!

PELA NOSSA DIGNIDADE PROFISSIONAL, PELOS NOSSOS ALUNOS, PELA EDUCAÇÃO.



Alfândega da Fé



Arouca



Barcelos



Braga



Bragança



Castelo de Paiva



Chaves



Ermesinde



Esposende



Estarreja



Fafe



Famalicão



Feira (Santa Maria da Feira)



Felgueiras



Guimarães



Macedo de Cavaleiros



Matosinhos



Melgaço



Mirandela



Mogadouro



Monção



Oliveira de Azeméis



Ovar



Paços de Ferreira



Paredes



Penafiel



Porto



Póvoa de Varzim



Santo Tirso



Trofa



Valongo



Vila Nova de Gaia



Vila Pouca de Aguiar



Vila Real



Vinhais



Vizela



Coimbra



Condeixa-a-Nova



Covilhã

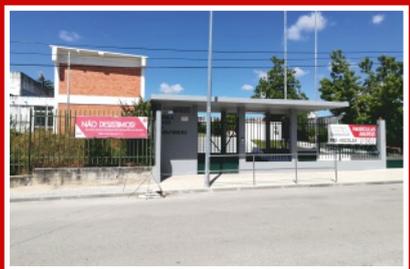
NÃO DESISTIMOS!

PELA NOSSA DIGNIDADE PROFISSIONAL, PELOS NOSSOS ALUNOS, PELA EDUCAÇÃO.

942



www.fne.pt



Montemor o Velho



Pombal



Soure



Alenquer



Almada



Alverca



Baixa da Banheira



Caldas da Rainha



Cartaxo



Lisboa



Loures



Odivelas



Seixal



Sesimbra



Setúbal



Vila Franca de Xira



Beja



Évora

FNE esteve no ME para clarificação das orientações sobre recuperação de parte do tempo de serviço congelado

Uma delegação da Federação Nacional da Educação (FNE) composta pelo Secretário-Geral, João Dias da Silva, pelos Vice-Secretários-Gerais Lucinda Dâmaso e Pedro Barreiros e pelos Secretários Nacionais Josefa Lopes, Maria José Rangel, Maria Fátima Carvalho e Paulo Fernandes, reuniu com o Ministério da Educação (ME) naquela que foi uma oportunidade para a FNE levantar algumas questões de clarificação das orientações que têm vindo a ser determinadas para a recuperação de parte do tempo de serviço que esteve congelado.

A FNE manifestou no início daquele encontro a discordância pela aplicação de um processo que é incompleto e que diz respeito à recuperação de apenas uma parte mínima do tempo congelado, sendo também aproveitado o momento para ser dito ao Ministério da Educação que não desistimos da recuperação total do tempo de trabalho dos professores que

esteve congelado durante 9 anos, 4 meses e 2 dias e que vamos combater junto do próximo Governo, desde o primeiro momento, no sentido que tudo o que é de direito e de justiça dos professores e educadores portugueses venha a ser recuperado.

O que estava em causa era que o Governo impunha a recuperação apenas de parte desse tempo, neste caso 2 anos, 9 meses e 18 dias, oferecendo aos docentes a possibilidade de optarem até dia 30 de junho relativamente a um faseamento deste tempo de serviço ou pela aplicação da recuperação deste tempo apenas no escalão para que progredirem de escalão a partir do dia 1 de janeiro de 2019.

Esta foi uma opção complexa e os Sindicatos da FNE foram acompanhando milhares de professores e educadores que todos os dias os procuravam na busca de esclarecimentos relativamente à interpretação do que eram os

normativos que o Ministério da Educação tinha apresentado.

Os Sindicatos da FNE fizeram um esforço de aproximação a cada caso concreto para que cada um pudesse realizar a opção mais favorável para o desenvolvimento da sua carreira. E foi isto que defendemos nesta fase: que cada professor e educador procurasse apoio nos nossos sindicatos para terem o melhor acompanhamento na interpretação do que o Ministério da Educação produziu relativamente a esta matéria, no sentido que fossem protegidos e não prejudicados naquilo que viesse a ser a recuperação desta parte mínima do tempo congelado.

Nesta reunião foram pedidos esclarecimentos complementares que pudessem servir para que cada um tomasse uma decisão consciente. A FNE procurou que se confirmasse aquilo que eram as expectativas de defesa dos interesses dos professores e educadores na interpretação que realizou dos normativos até então publicados, mas entendeu que estes deveriam ser complementados ainda por nova informação relativamente ao que já estava produzido.

Entretanto, e para apoio a todos os Docentes, ficaram disponíveis minutas de requerimento de faseamento que integravam a manifestação de protesto pelo incumprimento do que era devido a cada um.





www.fne.pt

FNE realiza Consulta Pública sobre Ensino Superior, Investigação e Inovação - Perspetivas e Propostas

A FNE lançou uma consulta pública que pretende envolver todos os que de alguma forma estão preocupados com o desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal e que tem por objetivo permitir o levantamento de contributos que possam ser considerados na elaboração de um documento sobre o Ensino Superior, a investigação e a inovação em Portugal.

Esta consulta permitirá a recolha de elementos que serão tratados no âmbito de um grupo de trabalho constituído para o efeito, e que integra docentes de diferentes instituições do Ensino Superior e membros dos sindicatos que integram a FNE.

Na sequência desta consulta, aquele Grupo de Trabalho, que tem vindo a elaborar um texto base que está agora apresentado, concluirá o seu trabalho com a versão final, a ser aprovado em reunião do Secretariado Nacional da FNE.

Este documento visa constituir o referencial de trabalho da FNE sobre o Ensino Superior, a investigação e a inovação em Portugal, avançando com a apresentação de perspetivas e propostas.

O texto agora em discussão pretende ser um documento preliminar que possa enquadrar os problemas do setor e exprime de alguma forma as preocupações atuais da FNE sobre o Ensino Superior em Portugal.

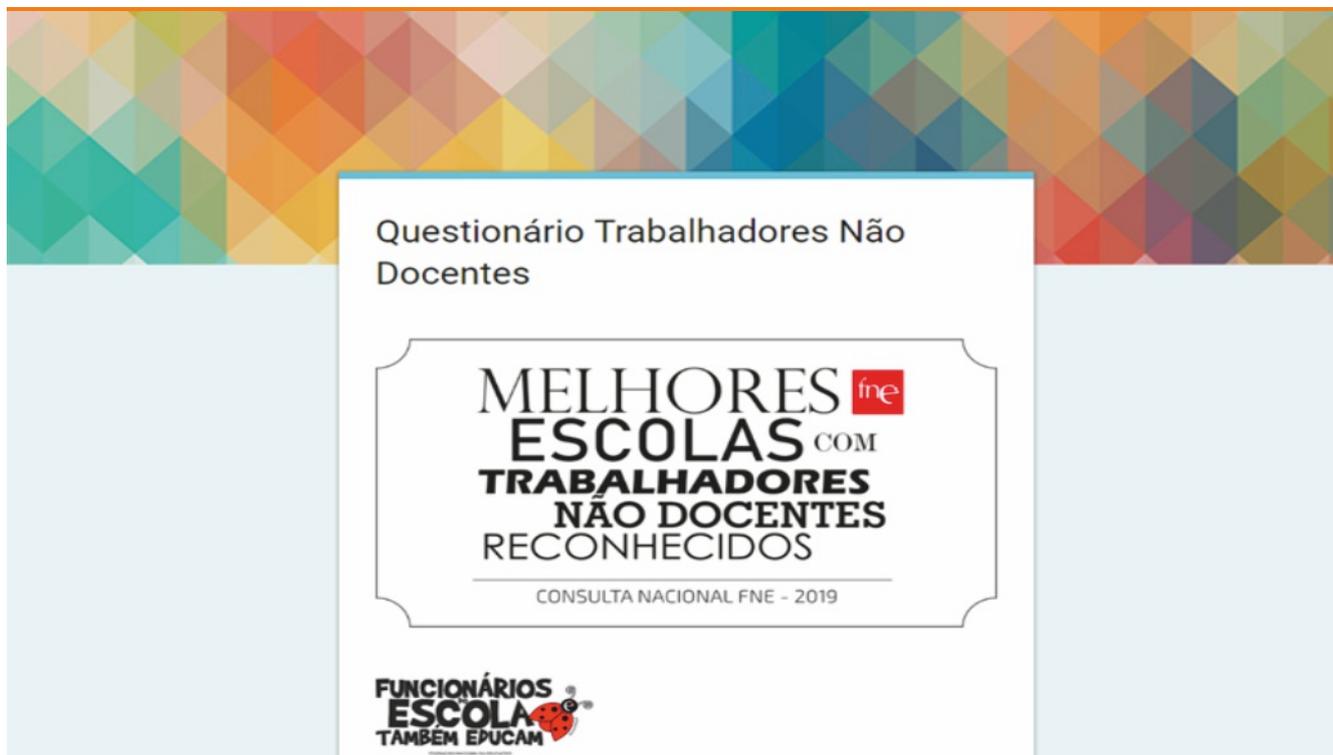
É neste sentido que a FNE convida todos os interessados para uma participação ativa, no preenchimento online deste questionário.

Os resultados serão posteriormente devidamente analisados e revelados pela FNE e servirão de fundamentação a perspetivas e propostas de alterações a apresentar ao Governo que resultar das próximas eleições legislativas, relativas ao Ensino Superior em Portugal.

Esta consulta estará disponível online, até ao final do dia 15 de julho de 2019.

Participe aqui:
<https://fne.pt/consulta-ensino-superior>

FNE promoveu estudo por 'Melhores escolas com Trabalhadores Não Docentes valorizados, qualificados e reconhecidos'



A FNE realizou um estudo nacional dirigido aos Trabalhadores Não Docentes e aos Diretores de Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas de todo o país, que visava o conhecimento mais aprofundado da situação destes trabalhadores, nos papéis que lhes são atribuídos, nas suas condições de trabalho e emprego.

Esta consulta sobre condições de trabalho dos Trabalhadores Não Docentes, com base num questionário, esteve disponível online e decorreu durante todo o mês de junho.

Para além destes questionários, a FNE lançou um conjunto de entrevistas a direções de escola particularmente sobre a aplicação da portaria de rácios.

Estas iniciativas permitem uma reflexão consistente sobre as

respostas que devem ser identificadas para que se garantam sempre condições de respeito pelos Trabalhadores Não Docentes das nossas escolas, para além de se determinarem contributos que permitam robustecer a ação da FNE e dos seus Sindicatos, para que se atinjam objetivos de promoção da valorização e qualificação destes Trabalhadores, nomeadamente em termos de se

conseguir o restabelecimento das respetivas carreiras especiais, a revisão da Portaria de rácios e o combate efetivo a todas as situações de precariedade.

Os resultados serão devidamente analisados pela FNE e servirão de suporte para a ação reivindicativa a desenvolver com o Governo que resultar das próximas eleições legislativas.



O futuro dos Trabalhadores da Educação

Que diretores queremos?



Escrevo sobre este título pela preocupação como dirigente sindical dos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE), pelas dificuldades com que me tenho deparado ao longo destes últimos anos, preocupações que começaram com a Troika em Portugal e que continuam demasiados presentes e evidentes na vida profissional destes trabalhadores, que não vislumbram melhorias para o futuro.

Quais são estas preocupações?

Começam por ser a enorme pressão que toda a sociedade impõe ao espaço Escola/Comunidade Educativa, pressão que começa pelo Ministério da Educação (ME), que quer resultados e que traz insegurança para a comunidade educativa, sempre à custa dos esforços dos TAE.

O ME quer uma escola de qualidade, mas não investe minimamente no bem estar destes trabalhadores, quer através da dignificação das suas carreiras, quer através de atualizações salariais e essencialmente através de formação contínua.

O sinal que o ME não investe na Educação e não quer mesmo investir tem um reflexo na razão de recusa das Câmaras Municipais em aceitar as transferências de competências no ensino, por parte do Governo.

Outro grupo de pressão sobre os TAE prende-se com os pais e seus filhos, pois vivemos atualmente numa sociedade familiar com poucas regras, dado o devaneio tecnológico em que as famílias vivem, cada membro agarrado ao seu equipamento celular, sem haver espaço para comunicar entre

eles, e assim dificilmente poderá haver implementação de regras sociais.

Sofrem ainda estes TAE a pressão por parte dos docentes, que neste processo também são vítimas do sistema e da herança da Troika, mas que vão descarregando muitas das suas mágoas no Pessoal não Docente (não foi lapso, PND).

E por último falemos dos diretores que queremos, mas que dificilmente encontramos, claro, salvo raras exceções.

Não duvidamos que os diretores também sejam vítimas de uma catadupa de regulamentações/reformas que o ME tem dotado as escolas, sempre em limitado espaço de tempo para a sua implementação, com pouco apoio económico para reparações de equipamento, ou na compra de novos equipamentos, com instalações degradadas.

Para além destes problemas, as escolas deparam-se com TAE que não podem ser substituídos nos seus impedimentos, como sucede na carreira docente, TAE que são explorados até à exaustão, até ficarem impedidos de trabalhar por doença, como nos podemos aperceber diariamente nas visitas que fazemos às escolas.

Porquê falarmos dos diretores que queremos?

Porque estamos no ano da avaliação bial de desempenho dos trabalhadores das carreiras gerais, e este processo de avaliação poderia ser o momento oportuno para os diretores mostrarem o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por estes trabalhadores.

Mas os diretores, escudados nas quotas do processo avaliativo, não os avaliam condignamente, nem mesmo após em sede de reclamação efetuada por estes trabalhadores, onde já não existem quotas.

E isto dói ao PAE. Esta falta de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por estes trabalhadores, por parte dos diretores, trabalhadores que muitas vezes roubam o espaço da família para que os eventos nas escolas se realizem, ou na reparação dos estragos que os temporais ultimamente têm produzido nas escolas.

Tudo isto sem qualquer olhar, palavra ou afeto de obrigado pelo que fizeram.

E quando estes trabalhadores da educação pedem mobilidade para outros serviços, os diretores reagem sempre com ameaça para quem a pede, quando deveriam chamar os mesmos e saber qual a razão do pedido de mobilidade, para os tentar demover da mesma, mas não o fazem, ficam só nas ameaças.

Ser dirigente não é só dar ordens e gerir os dinheiros, também tem que saber gerir a vida interior dos seus subordinados que são pessoas, os seus anseios, os seus receios, os seus sonhos, porque todos estes sentimentos os trabalhadores levam diariamente para a escola e os diretores têm que os saber gerir, e caso não o saibam fazer deverão ser somente docentes, porque ninguém é obrigado a desempenhar o cargo de diretor.

João Gois Ramalho
Presidente do STAAE Zona Centro

Reunião do TUAC na OCDE em Paris

Decorreu em 2 e 3 de maio de 2019, na sede da OCDE, em Paris, a primeira de (habitualmente) duas reuniões anuais do *Grupo de Trabalho de Educação e Competências* do TUAC - Comité Consultivo Sindical mundial, que serve de interface para as organizações sindicais (a UGT, no caso português) com aquela organização e respetivas comissões.

1. Marieke Vandeweyer, economista do mercado laboral da OCDE, versou o tema “Adquirir as Competências Adequadas: Sistemas de Aprendizagem para

Adultos Prontos para o Futuro e o Papel dos Parceiros Sociais”. Tratou-se no fundo de apresentar o documento com o mesmo título, que começa por abordar até que ponto os parceiros sociais estão envolvidos nos sistemas de Educação de Adultos, apontando sete ações: 1) Antecipar em comum necessidades de formação; 2) Estabelecer prioridades conjuntas nas estratégias de aprendizagem de adultos; 3) Negociar acordos coletivos para a aprendizagem de adultos (Dinamarca e Suíça); 4) Promover uma cultura positiva de aprendizagem (UnionLe-

arn/Reino Unido); 5) Considerar taxas de empregadores para financiar a aprendizagem de adultos (França e Itália); 6) Usar a capacidade de todos os parceiros na oferta de formação (Coreia e Brasil); e 7) Fazer da garantia de qualidade uma responsabilidade comum.

Quanto ao envolvimento dos parceiros sociais na governança dos sistemas de educação e formação ele pode ser divisível em quatro categorias, conforme a imagem:

Social partner involvement in governance of education and training systems		
	Country	
The social partners define and manage the training system	Austria Denmark Germany	Iceland Italy Netherlands
The social partners contribute to the definition of the training system	Belgium Canada (AB) Canada (BC) Finland France ¹ Japan ² Luxembourg	Mexico Norway Poland Slovenia Switzerland Turkey
The social partners have a consulting role	Canada (QC) Czech Republic Estonia Greece Ireland Israel Latvia	Lithuania New Zealand Portugal Slovak Republic Spain Sweden ³
Other	Australia Hungary	United Kingdom United States

Fonte: OECD (2019), *Getting Skills Right: Making adult learning work in social partnership*, p. 4

Portugal encontra-se na companhia de mais doze países, onde os parceiros sociais têm um papel consultivo, bem diferente do da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Islândia e Holanda, em que os parceiros sociais definem e gerem o sistema de formação.

A Educação de Adultos tem uma prioridade absoluta tanto na OCDE (*Relatório de Diagnóstico Sumário Executivo Portugal 2015*, que menciona 12 Desafios de Competências que Portugal enfrenta) como na Comissão Europeia (Relatório sobre Portu-

gal elaborado no âmbito do Semestre Europeu, de 27 de fevereiro de 2019). Numa escala de 0 a 1, podemos verificar a prontidão futura dos sistemas de aprendizagem nas seguintes sete dimensões:

Prioridades para a Educação de Adultos (0 a 1): Prontidão futura dos sistemas de aprendizagem de adultos em 7 dimensões		Portugal	Mais	Menos
1 - Urgência	Urgência em atualizar o sistema de educação e adultos	0.64	Portugal	Nova Zelândia
2 - Cobertura	Até que ponto indivíduos e empregadores estão implicados na educação de adultos	0.62	EUA	Hungria
3 - Inclusão	Como está a participação equitativa em todos os países	-	Grécia	Holanda
4 - Flexibilidade & Orientação	Informação e orientação disponíveis sobre ofertas de formação e redução de barreiras à participação	0.42	Luxemburgo	Hungria
5 - Alinhamento	Até que ponto os sistemas de aprendizagem de adultos têm em conta as necessidades de competências em mudança no mercado de trabalho	0.70	Dinamarca	Japão
6 - Impacto percebido	A dimensão da qualidade mede certificação, monitorização e avaliação	0.74	Chile	Holanda
7 - Financiamento	Financiamento adequado por vários atores	0.25	Japão	Hungria

A partir de: Dashboard on priorities for adult education - OECD

O que se verifica é que muitos países enfrentam desafios de competências, mas possuem sistemas de educação de adultos imprevistos para os vencer. Por outro lado, países com desafios mais urgentes de competências, como Itália, **Portugal**,

Eslovénia e Espanha, têm comparativamente sistemas bem preparados de educação de adultos, enquanto países como a Grécia estão a ficar marcadamente para trás. Ainda assim, a urgência de **Portugal** atualizar o seu sistema é a maior da OCDE

(0.64), tendo ainda que trabalhar com muito mais afinco questões como a informação e orientação de ofertas de formação e um financiamento adequado para alavancar os maiores estrangulamentos.

2. Após um breve período de debate, Tracy Burns (OCDE) falou do *Marco de Aprendizagem da OCDE 2030* e da publicação *Tendências que Moldam a Educação 2019*. Esta não é propriamente sobre Educação, e sim sobre as principais tendências económicas, políticas, sociais e tecnológicas que estimulam a reflexão sobre o futuro da Educação e sobre como e se esta pode influenciar tais tendências. O documento apresenta cinco tendências globais 2019: 1) Globalização/Mudança da Gravidade Global, 2) Democracia/O Que é Público Importa, 3) Segurança num Mundo em Risco, 4) Envelhecimento/Vivendo Mais, Vivendo Melhor e 5) Culturas Modernas.

O primeiro capítulo aborda a mudança do poder económico para Oriente e foca-se no gigantesco crescimento económico dos países asiáticos (acima de tudo China e Índia) e na resultante expansão da classe média global, que tem um impacto muito forte na Educação. Alguns destaques desta globalização dizem respeito à produção de um excesso de lixo eletrónico, equivalente a 4 400 Torres Eiffel, em 2016 (com uma reciclagem de apenas 20%) e a novas fronteiras da inovação, em que por exemplo as patentes da Inteligência Artificial (AI) cresceram aproximadamente 1000% em 15 anos.

Relacionar esta tendência com a Educação leva-nos, entre outras, a perguntas tais como: qual é o papel da aprendizagem não-formal e que elementos interculturais e de cooperação devem ser ensinados? qual é o papel do setor público no apoio

à pesquisa inovadora e de onde virão os fundos? com o surgimento da Inteligência Artificial (IA), *big data* e busca sofisticada de algoritmos, os alunos precisarão de aprender mais sobre os factos? Tracey Burns analisou as implicações das outras quatro tendências globais, chegando às Culturas Modernas e à Economia Digital, que tantos desafios nos coloca no nosso quotidiano. Alguns traços desta economia são a enorme escalada do digital, o trabalho flexível, as famí-



lias modernas, a mobilidade verde e pais mais ativos. As grandes questões aqui são: como é que a Educação pode minimizar a divisão e desigualdades no digital? Quais são as consequências para a aprendizagem e formação no local de trabalho se um número elevado de trabalhadores não tem empregador fixo permanente? Quais são as implicações para os sistemas de

educação e formação vivermos num mundo com cada vez menor contacto presencial?

No período de debate, os sindicatos enfatizaram o facto da IA estar a tornar-se cada vez mais criativa e intuitiva e que a segurança da informação é muito relevante. Por outro lado, há hoje uma recolha de informação muita mais sofisticada, da qual não temos consciência: capacidade de atenção, tempo de reação a uma pergunta ou problema, reação a um trabalho colaborativo... e que vai muito para além de simples números e percentagens. A recomendação sindical é que esta Data não possa vir a ser privatizada, vendida ou cedida a particulares, e que a segurança cibernética seja responsabilidade dos Estados, incluindo a segurança da informação relacionada com e mantida pelas escolas e universidades públicas.

3. Seguiram-se as prestações de Francesca Borgonovi e Thomas Liebig (OCDE) sobre *A Força da OCDE através da Diversidade – Educação para sociedades inclusivas e diversidade no trabalho*. O objetivo deste projeto da OCDE é identificar de que modo os sistemas educativos se podem tornar equitativos e inclusivos, apoiando os resultados de aprendizagem e bem-estar de diversas populações, e garantindo que todos os indivíduos possam envolver-se com outros, em sociedades cada vez mais diversificadas e complexas. O projeto cobre os seguintes cinco grandes temas: Migrações, Grupos étnicos e minorias, Deficiências, dificuldades de aprendizagem e saúde mental, Género e Sobredotação.

4. Molly Lesher (OCDE) apresentou o *Trabalho da OCDE sobre Inteligência Artificial (IA) e os Resultados do Going Digital I*, que aborda temas como o acesso a infraestruturas, serviços e dados de comunicação, a utilização eficaz das tecnologias e dos dados digitais, a inovação digital impulsionada pelos dados, bons empregos para todos, a prosperidade social e a inclusão, a confiança na era digital ou a abertura do mercado em ambientes de negócio digitais.

A OCDE acredita que a próxima fronteira de medição educacional será sobre educação social e emocional, como a empatia, a capacidade de criar conexões pessoais ou de adaptação a diferentes ambientes. Para esta organização, as chamadas *soft skills* têm um impacto gigantesco no futuro das crianças, mais do que os conhecimentos cognitivos, estando muito relacionadas com variáveis futuras, tais como os níveis de desemprego, o salário ou os casos de depressão. A OCDE crê que o caráter se constrói e se molda e a escola desempenha um papel fundamental nesta área. Estas preocupações interrelacionam-se com grandes desafios atuais da Educação nesta fase de *transição para o digital* e com uma máxima de Andreas Schleicher, que diz muito simplesmente que *o que é fácil de medir é fácil de automatizar*.

Curiosamente, a OCDE tem uma ferramenta online que nos permite avaliar o risco de automatização de variadas profissões (<https://oecd-futureofjobs.org/>). A Educação, e mais concretamente a docên-

cia, pela sua extrema complexidade, encontram-se numa zona afastada dos maiores perigos de outras profissões.

5. O tema seguinte foi a agenda da OCDE sobre professores, ensino e aprendizagem (apresentada por Karine Tremblay), que foi considerada bastante próxima dos resultados da recente pesquisa da Internacional da Educação sobre a *Identidade do Professor* (Martin Henry), ainda não formalmente editada nem disponível. Há duas correntes na OCDE a respeito do contexto e importância dada aos professores: uma muito positiva e mais próxima da IE, relacionada com o diretor Andreas Schleicher, a outra mais burocrática, onde os interesses dos professores são vistos de ângulos mais próximos da governação. A agenda da OCDE baseia-se em duas premissas essenciais: os professores são essenciais para o processo educativo e a profissão enfrenta novos desafios num mundo em mudança. A segunda parte da sua apresentação focou-se no ciclo do TALIS de 2018 e futuras perspetivas. O TALIS terá dois volumes: um a incidir no profissionalismo do professor (dimensão do Conhecimento e Competências - a sair em 19 de junho de 2019), o segundo sobre outras dimensões do profissionalismo, a ser editado em março de 2020. Considerado a Bíblia das condições de trabalho dos professores, o TALIS sublinha os cinco desafios *emergentes/do futuro/não resolvidos* dos professores, a saber: compreender as necessidades de conhecimento e desenvolvimento profissional dos professores, especialmente

à luz da procura de novas competências; como melhor apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento holístico dos grupos com necessidades educativas especiais; identificar estratégias / práticas de ensino com maior impacto nos alunos e os contextos em que elas são mais eficazes; que práticas pedagógicas e de aprendizagem são efetivas no terreno e como as incorporar; finalmente, perceber e diminuir restrições desnecessárias / fontes de stresse e relações entre fatores de bem-estar e atritos/falta de professores.

Por fim, abordou-se o caso do Estudo em Vídeo do TALIS, que vai apresentar o professor no seu trabalho dentro da sala de aula com os seus alunos e considera o foco em 37 práticas letivas, divididas em seis fatores: avaliação e respostas à compreensão do aluno; envolvimento cognitivo do aluno; qualidade na apresentação do tópico; gestão da sala de aula; apoio emocional social; e discurso utilizado. Parte deste projeto é a disponibilização de uma Biblioteca Global de Vídeo, um recurso digital com videoclipes curtos em sala de aula, com dois grandes objetivos: mostrar práticas letivas de qualidade e diferentes abordagens de ensino entre países e capacitar os professores para observarem os seus pares em outros países do mundo. Esta questão do vídeo tem sido alvo de um grande debate nestas reuniões, por os sindicatos temerem que o objetivo da OCDE seja em primeiro lugar o de pretender trabalhar/propor aqui um qualquer quadro/modelo de avaliação de professores em contexto de sala de aula.



A FNE com a delegação japonesa do TUAC

6. A última parte deste primeiro dia de trabalhos centrou-se na apresentação de alguns resultados sumários das publicações *The Employment Outlook 2019* (abril) e *Skills Outlooks 2019: Thriving in a Digital World* (maio) e na posição política pública que o TUAC assumiu perante a OCDE, apelando sindicalmente para uma “Agenda de Transição que funcione para Todos” e para o “Combate à Classificação Errónea dos Trabalhadores”.

7. O Secretário-Geral do TUAC, Pierre Habbard, esteve presente na primeira metade da manhã do segundo dia, que não contou com nenhum representante da OCDE. Começou-se por falar da posição que o TUAC iria levar às reuniões do Conselho de Ministros da OCDE (final de maio), às do G7 e do G20, passando-se para uma discussão interna sobre o mandato e o Plano de Ação do TUAC. A OCDE está numa agenda de transição para o digital, pelo que a narrativa da reunião ministerial deste ano são as derivações da Digitalização: entre outras, as competências, o comércio e a cooperação internacional e a privacidade da

informação. A mensagem do TUAC a esta reunião concentra-se em três vertentes essenciais: a urgência de um novo modelo de crescimento, transições com justiça e uma abordagem centrada no Homem à transformação digital e, por fim, a exigência de novas regras para a economia digital. Resumidamente, os documentos políticos do TUAC sublinham o seguinte: **GOING DIGITAL? GOING INCLUSIVE!**

8. No debate interno sobre o modo de funcionamento e o papel deste Grupo de Trabalho, John Bangs – da IE e seu Presidente – registou que, nos últimos dez anos, a OCDE tem vindo a reconhecer cada vez mais o papel dos sindicatos. Em sua opinião, existe hoje um diálogo mais profundo entre o TUAC e a OCDE, incluindo em aspetos não oficiais.

9. O ponto seguinte sobre a **Cimeira Internacional da Profissão Docente 2019** foi literalmente passado à frente, devido à recusa de participação de sindicatos de alguns países (incluindo Portugal). Foi uma maneira airosa de sublinhar que a atitude

de alguns governos merece uma clara reprovação.

10. No final da manhã Mariagrazia Squicciarini (OCDE) fez uma apresentação sobre *Mobilidade Ocupacional: O Custo de mudar para ocupações "porto seguro" - Produção vs Serviços - Novos vs. Mais Velhos*. A palavra de ordem nesta questão é a necessidade de repensarmos as políticas de Educação e de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV). Uma das conclusões apresentadas é que quanto maior for a percentagem do emprego no setor da Produção maior será o custo agregado do país em providenciar a formação necessária para trabalhadores atualmente em postos de trabalho com elevado risco de automatização. As transições de “porto seguro” também diferem entre jovens (25-40 anos) e mais velhos (45-60), sendo os custos agregados mais altos nos segundos. Em jeito de conclusão, Mariagrazia deixou as seguintes notas: recursos para trabalhadores em alto risco de automação: 1-5% do PIB de um ano (notando que nem todos transitariam ao mesmo tempo); é mais difícil encontrar transições aceitáveis para os mais velhos, com alto ou baixo risco de automação; o custo de mobilidade é mais elevado para os mais velhos, quer em termos individuais, quer em termos nacionais. Os representantes sindicais sublinharam também o facto de ter que haver uma contribuição mais forte e estratégica por parte dos empregadores nestas formações.

11. Seguiu-se uma parte inédita nestas reuniões: Andreas Schleicher (Diretor de Educação e Competências da OCDE) numa conversa descontraída, sem pressas, sem powerpoint e disponível, com os membros do TUAC sobre o futuro do PISA, sobre que tipos de conhecimento incluir e como os avaliar. Os sindicatos reconheceram a importância da informação do PISA, mas repetiram as suas preocupações de sempre: o modo como ela é usada nos países, a questão dos rankings, a necessidade de valorizar o papel do professor, o receio da privatização da informação do PISA, os limites do PISA e a consideração (sempre repetida pela representação do Japão) de que mais importante que as competências é o de sabermos de que modo podem os nossos alunos contribuir como cidadãos para a sociedade, para uma economia mais inclusiva e para o bem comum. Andreas Schleicher notou que as respostas do PISA em papel têm muitas limitações e reconheceu maiores dificuldades em alguns países em lidar com a plataforma do programa. Por outro lado, solicitou ideias aos sindicatos para uma apresentação do PISA que não se foque nos rankings, acrescentando que conhecia muitos países que estariam abertos a uma apresentação dos resultados juntamente com as organizações sindicais. A finalizar, concluiu que os dados do PISA são da OCDE, ficam com ela e não serão privatizados ou disponibilizados à proprietária da plataforma.

12. Na parte da tarde, Thomas Weko (OCDE) atualizou informação sobre o trabalho da OCDE no Ensino Superior e na sua busca

de um modelo de financiamento de desempenho que apoie um saber e um conhecimento de alta qualidade. A OCDE tem neste momento vários projetos em curso, que examinam o uso dos recursos financeiros e humanos no Ensino Superior. Este ano publicou já o relatório *“Revisão do Ensino Superior, Investigação e Inovação: Portugal”*, onde retrata o setor, suas contrariedades e desafios. Thomas Weko sublinhou que 70% dos orçamentos no ensino superior são para recursos humanos, que a insegurança é grande no setor, e insistiu na urgência em sabermos qual o impacto do emprego não formal para os académicos e para os alunos. Uma vez que há pouca informação sobre este último ponto, pediu ajuda aos sindicatos, na procura de bons exemplos para partilhar com os países da OCDE.

13. A reunião terminou com a apresentação do *Projeto sobre a Produtividade do Lado Humano*, por Chiara Criscuolo (OCDE), que lida com o lado humano

produtivo e a desigualdade, que é muito grande em variados países, onde existe uma crescente dispersão de salários e produtividade. O objetivo é o foco nas características humanas de empresas com sucesso *versus* empresas de menor sucesso, o que vai melhorar a compreensão dos fatores críticos adjacentes. Para elaborar melhores políticas para um crescimento amplamente partilhado da produtividade, a OCDE precisa de entender, de maneira mais profunda, o papel das competências, da administração, da organização e da propriedade no funcionamento da empresa. Tudo isto obriga a um olhar muitíssimo atento para a chamada "caixa negra" da empresa – isto é, o seu "Lado Humano da Produtividade".

A próxima reunião deste Grupo de Trabalho em Educação e Competências do TUAC está marcada para os dias 16 e 17 de setembro de 2019, na sede da OCDE, em Paris.

Joaquim Santos



FNE e TALIS 2018 coincidem em muitas preocupações

É preciso valorizar os professores e a condição docente

A OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico tornou público o primeiro de dois volumes do “Inquérito Internacional de Ensino e Aprendizagem - TALIS 2018”, intitulado “Professores e Dirigentes Escolares enquanto Aprendentes ao Longo da Vida”, e no qual Portugal participou, juntamente com outros 48 países e economias.

Nele ressaltam alguns dos desafios e preocupações do nosso sistema educativo, para os quais a FNE tem vindo sistematicamente a chamar a atenção do Ministério da Educação (ME), nomeadamente a questão do envelhecimento do corpo

docente e uma muito insuficiente oferta e falta de condições para participação em formação contínua.

Os professores portugueses são os quintos mais idosos dos países que participam no TALIS, têm em média 49 anos - mais cinco que a média apresentada - naquela que é classificada como a mudança mais dramática pela OCDE em matéria de idade.

Quase metade dos professores portugueses (47%) tem 50 anos ou mais, contra a média da OCDE que é a este nível de 34%, o que exige uma intervenção decidida e que permita o rápido rejuvenescimento do corpo docente, o que só se pode concretizar com medidas para captar os mais jovens para a carreira

docente, tornando-a prestigiada e atrativa, como tem insistentemente defendido a FNE.

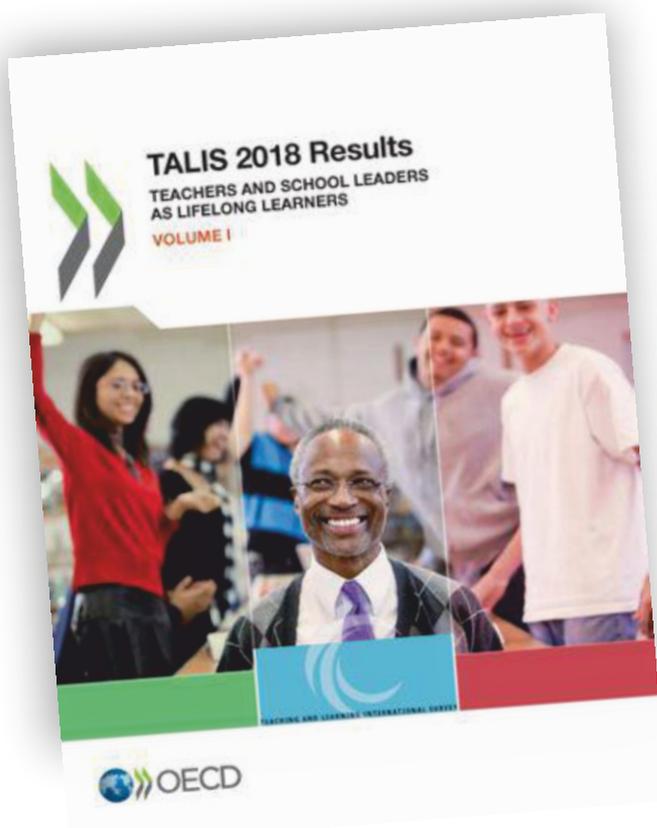
Portugal classifica-se em quinto lugar a contar do fim, em relação ao número de docentes que durante o ano anterior ao inquérito participaram em qualquer tipo de sessão de formação contínua.

As necessidades mais prementes de formação assinaladas pelos docentes portugueses neste estudo incluem TIC, multiculturalismo, multilinguismo e o trabalho com alunos com necessidades educativas especiais, em que Portugal se encontra no 14º lugar da tabela do TALIS.

27% dos professores portugueses assinalam que a formação específica para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais é da maior importância para as suas carreiras e 48% dos diretores sublinham que a qualidade do ensino para este segmento é prejudicada pela falta de professores com esta formação específica.

De notar, que 20% dos professores portugueses respondentes afirmaram trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais.

Em matéria de formação, os diretores estão no nono lugar a contar do fim, em termos de participação em sessões de formação contínua no ano anterior à realização do inquérito.





Ainda neste item, 85% de professores e diretores reportam barreiras na formação e 44% dos professores reportam uma clara falta de apoio por parte da tutela em termos de formação profissional.

Isto porque a sua participação na formação profissional contínua que lhes é disponibilizada fica acentuadamente restringida devido a conflitos de horário e à falta de incentivos.

A FNE sabe, por experiência própria, que a falta de formação e do apoio à formação é uma das áreas de que mais se queixam os professores e educadores portugueses.

Outra preocupação da FNE, também constante deste relatório, é a baixa percentagem de professores que participam em atividades de formação com base em aprendizagem entre pares e ligação em rede, apesar do relatório apontar a aprendizagem colaborativa como aquela que os professores que participaram no estudo identificam como tendo o maior impacto.

A violência escolar e os comportamentos inadequados de

alunos dentro da sala de aula preocupam sobremaneira a FNE, os seus sindicatos e os seus sócios.

Tais comportamentos prejudicam o trabalho do professor e o sucesso individual dos alunos. 14% dos diretores referem atos periódicos de intimação ou perseguição em ambientes educativos.

Estes incidentes diminuíram em vários países desde 2013.

A nível de motivação, 84% dos atuais professores no sistema educativo nacional indicaram que a sua carreira foi uma primeira escolha, e 71% de professores experientes e 39% de professores com menos idade reportaram a insegurança no

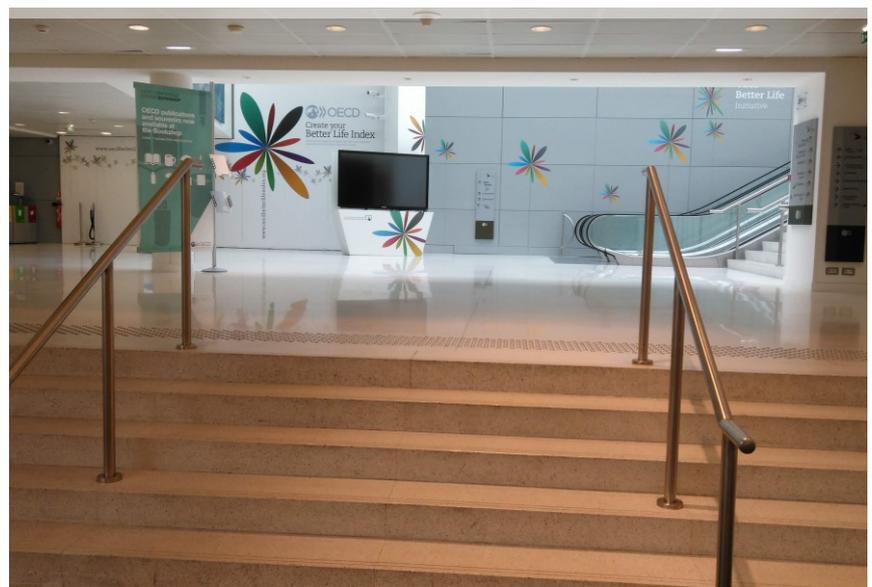
trabalho como um fator negativo para o ingresso na profissão.

A precariedade e a falta de condições de vida e de trabalho na carreira docente são, sem dúvida, dois dos fatores que mais prejudicam a atratividade docente, pelo que têm sido duas bandeiras constantemente presentes na ação sindical da FNE.

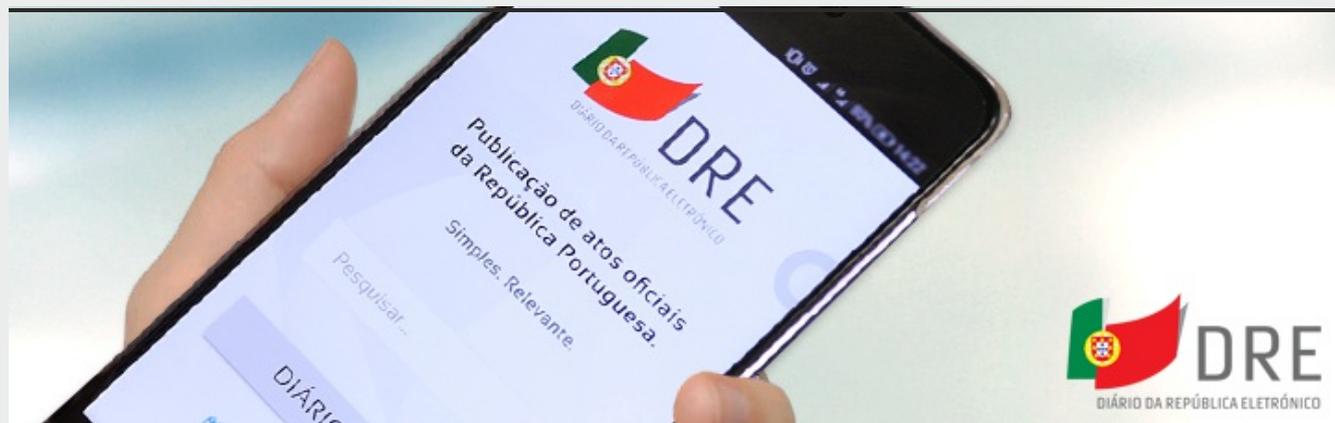
Uma das recomendações mais importantes do TALIS é que os governos se envolvam num diálogo construtivo com os representantes sindicais dos docentes, no sentido da valorização da profissão em si mesma, o que só se consegue se se melhorar o financiamento, as condições de vida, familiares e de trabalho de todos os docentes portugueses.

Este relatório confirma assim muitas das preocupações que a FNE tem procurado apresentar ao Ministério da Educação, mas para as quais este não se tem demonstrado como interlocutor interessado, o que obviamente só conduz à redução das condições de qualidade do nosso sistema educativo, e com prejuízos para os nossos alunos.

A FNE não desistirá de continuar a apostar em soluções para os problemas identificados.



Diplomas publicados em Diário da República junho de 2019



[Portaria n.º 172/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 106/2019,](#)

[Série I de 2019-06-03](#)

Presidência e da Modernização Administrativa e Finanças

Estabelece o Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF).

[Decreto-Lei nº 77/2019](#)

[DR nº 107/2019,](#)

[Série I de 2019-06-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Reconhece o interesse público do Instituto Politécnico da Lusofonia.

[Despacho Normativo nº 16/2019](#)

[DR nº 107/2019,](#)

[Série II de 2019-06-04](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação

Procede à alteração do Despacho Normativo nº 10-A/2018, publicado no DR, 2.ª série, nº 116, de 19 de junho de 2018 [Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória.]

[Despacho nº 5499/2019](#)

[DR nº 109/2019,](#)

[Série II de 2019-06-06](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 272/2009, de 1 de outubro, para acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2019-2020, através dos regimes especiais.

[Despacho nº 5501/2019](#)

[DR nº 109/2019,](#)

[Série II de 2019-06-06](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Reconhece como sendo de interesse público «Portimão Cidade Europeia do Desporto 2019».

[Deliberação \(extrato\)nº682/2019](#)

[DR nº 110/2019,](#)

[Série II de 2019-06-07](#)

Educação - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.

Criação da Equipa Multidisciplinar de Comunicação, Inovação e Modernização Administrativa.

[Deliberação \(extrato\) nº683/2019](#)

[DR nº 110/2019,](#)

[Série II de 2019-06-07](#)

Educação - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.

Prorrogação da Equipa Multidisciplinar de Estudos Internacionais de Avaliação de Alunos.

[Portaria nº 181/2019](#)

[DR nº 111/2019,](#)

[Série I de 2019-06-11](#)

Educação

Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário.



[Despacho nº 5754-A/2019](#)

[DR nº 115/2019,](#)

[1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-06-18](#)

Educação - Gabinetes da Secretaria de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação

Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2019-2020, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário.

[Despacho nº 5782-A/2019](#)

[DR nº 116/2019,](#)

[1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-06-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Determina as orientações para a fixação de vagas para o concurso nacional de acesso e concursos locais de acesso no ano letivo 2019-2020.

[Parecer nº 3/2019](#)

[DR nº 117/2019,](#)

[Série II de 2019-06-21](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Acesso ao ensino superior dos titulares de cursos profissionais e artísticos especializados.

[Lei nº 42/2019](#)

[DR nº 117/2019,](#)

[Série I de 2019-06-21](#)

Assembleia da República

Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento dos atos académicos, procedendo à quarta alteração à Lei nº 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior.

[Portaria nº 190-A/2019](#)

[DR nº 117/2019,](#)

[1º Suplemento,](#)

[Série I de 2019-06-21](#)

Presidência e da Modernização Administrativa

Primeira alteração à Portaria nº 77/2018, de 16 de março de 2018, que procede à regulamentação necessária ao desenvolvimento da Chave Móvel Digital (CMD).

[Portaria nº 191/2019](#)

[DR nº 118/2019,](#)

[Série I de 2019-06-24](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Regula a prova da situação escolar para efeitos de atribuição e manutenção do abono de família para crianças e jovens e da bolsa de estudo, bem como da atribuição das prestações por morte e manutenção da pensão de sobrevivência do regime geral de segurança social.

[Despacho nº 5830-B/2019](#)

[DR nº 118/2019,](#)

[2º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-06-24](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Ressalva, para efeitos de aplicação no ano letivo de 2019-2020, que o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, republicado em

anexo ao Despacho nº 5404/2017 (2.ª série), de 21 de junho, tem em consideração as disposições legais em vigor relativas às matérias sobre as quais dispõe.

[Despacho nº 5911/2019](#)

[DR nº 121/2019,](#)

[Série II de 2019-06-27](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Determina a criação da rede PERIN - Portugal in Europe Research and Innovation Network, entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT), a Agência Nacional de Inovação (ANI), S. A., e a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).

[Decreto-Lei nº 84/2019](#)

[DR nº 122/2019,](#)

[Série I de 2019-06-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019.

[Despacho nº 5964/2019](#)

[DR nº 122/2019,](#)

[Série II de 2019-06-28](#)

Adjunto e Economia, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

Criação de unidades orgânicas flexíveis.





A SUA AJUDA CONTA!

Perante a situação dramática no ensino em Timor-Leste, é urgente, e solicitamos encarecidamente, a ajuda dos professores e educadores portugueses para a reabilitação deste edifício escolar.

Recuperar fisicamente esta escola é o concretizar de um sonho do excelente Homem D. Carlos Ximenes Belo, e ver dela sair para a Nação Timorense e em geral para o mundo, jovens completos de valores humanos.

Foi nesta escola que D. Ximenes Belo estudou, aprendeu e brincou a par da sua actividade como guardador de búfalos. Será para ele, um orgulho ver e apreciar em vida a concretização deste projecto.



<https://kelicai.fne.pt/>

CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS
PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR
DO REINO DE KELICAI EM TIMOR-LESTE

A SUA AJUDA CONTA!



A Escola do Reino de Kelicai

Edifício construído em 1932, sob a administração do administrador da Circunscrição Civil de Baucau, o Tenente Armando Pinto Correia, um português natural da Ilha da Madeira. Funcionou até 1942 aquando da invasão do território pelas tropas japonesas. Inicialmente esteve direcionado ao ensino primário, tendo como director o Sr. José Diaz Ximenes, um timorense natural de Laleia.



A Situação Atual da Escola

A partir de 2014, professores, alunos, e povoações compraram folhas de zinco e aproveitaram a Natureza para cortar bambu e folhas de palmeiras e de coqueiros para improvisar tetos, portas e janelas.



**Faça um donativo
e deixe a sua mensagem em:**

<https://kelicai.fne.pt/donativo>

A sua Ajuda Conta!

IBAN: PT50 0036 0073 99100070983 64

**“O Homem deixa de ser Homem,
no dia em que pensar que nada
pode fazer pelos outros.”**

Fernando Carvalho

NÃO DESISTIMOS!

PELA NOSSA DIGNIDADE PROFISSIONAL, PELOS NOSSOS ALUNOS, PELA EDUCAÇÃO.

942

spzn

SPTE

SDP

SDPA

SPCA

SPCL

www.fne.pt

fne

FICHA TÉCNICA JUNHO 2019

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares

